

Reajuste será mantido

O presidente do Senado Mauro Benevides (PMDB-CE), confirmou ontem que vai manter o aumento de 64,45% dado aos parlamentares, que agora ganham Cr\$ 2,58 milhões por mês. "O índice foi uma média obtida a partir da Medida Provisória 296", explicou o senador. Benevides evitou polemizar com o presidente da Força Sindical, Luis Antônio Medeiros, que pretende pedir à Justiça a anulação do aumento, aprovado na semana passada pela direção do Congresso. O presidente da Câmara dos Deputados, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), está em Washington, Estados Unidos.

Benevides argumentou que os aumentos dados aos funcionários do Poder Executivo pelo projeto de lei aprovado pelo Congresso chegaram em alguns casos a superar os 100% — como ocorreu com os diplomatas e DAS (servidores de nível superior). Benevides não soube explicar, no entanto, como foi obtido o índice de 64,45%. Ele disse que o cálculo foi feito pela Câmara. "O aumento concedido aos servidores do Poder Legislativo representou a

concessão de aumento linear nos moldes do estabelecido pelo Poder Executivo que incidiu sobre as tabelas já reajustadas com base na Medida Provisória 296", tentou esclarecer o senador.

Medeiros criticou principalmente a "imoralidade" do aumento dos parlamentares, já que deputados e senadores têm prerrogativa constitucional para reajustar seus próprios vencimentos. Enquanto isso, atacou o sindicalista, o salário mínimo é o mesmo desde o início do ano. Benevides contra-ataca, dizendo que ele defende o aumento do salário mínimo e da política salarial. "Se o Congresso não aprovar isso, ainda, a responsabilidade não é do Senado", afirmou o senador.

Embora com receio de se antagonizar com os deputados, o senador explicou que cabe à Câmara iniciar a tramitação desses projetos. Mas prometeu: "Como presidente do Senado, garanto que em 48 horas os projetos originários da Câmara tratando sobre salários serão votados em plenário".